



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
Direito Desportivo
Professor Luiz Caetano de Salles

PLANO DE ENSINO

DIREITO DESPORTIVO

1. IDENTIFICAÇÃO

COMPONENTE CURRICULAR: Direito Desportivo				
UNIDADE OFERTANTE: FADIR				
CÓDIGO: GDR081		PERÍODO/SÉRIE:		TURMA: J
CARGA HORÁRIA – 30 horas			NATUREZA	
TEÓRICA: 30	PRÁTICA: 0	TOTAL:	OBRIGATÓRIA: ()	OPTATIVA: (X)
Professor: Luiz Caetano de Salles				ANO/SEMESTRE: 2026-1

2. EMENTA

A Constituição como lei fundamental do ordenamento jurídico brasileiro. A norma jurídica como ente regulador do esporte. A Lei Pelé. O sistema desportivo brasileiro. Justiça Desportiva no Brasil. Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD): princípios, procedimentos processuais desportivos, penalidades e recursos. Responsabilidade civil material e imaterial. Os direitos trabalhistas dos atletas e as suas respectivas representações sindicais. Negociação Coletiva Trabalhista.

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina em foco propicia ao aluno, inicialmente, uma base teórico-conceitual do Direito Desportivo, necessária para estudar a organização do esporte no país e a organização, funcionamento e atribuições da Justiça Desportiva, sua evolução institucional ao longo do tempo e os seus paralelos com a justiça comum, além de conhecer os direitos trabalhistas dos atletas, ilustrando o conteúdo programático com o estudo de casos concretos de responsabilidade civil e penal relacionados à atividade esportiva.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
Direito Desportivo
Professor Luiz Caetano de Salles

4. OBJETIVOS

Propiciar ao estudante uma visão sistêmica da importância do Direito como instrumento de regulação do convívio social, nele incluído o esporte, a Justiça Desportiva, as relações de trabalho esportivo e as responsabilidades civil e penal decorrentes de atividades esportivas.

5. PROGRAMA

A Constituição Federal e a organização judiciária brasileira. A Justiça Desportiva na Constituição Federal. A Lei Pelé (Lei nº 9.615/1998) e o sistema desportivo brasileiro. A Justiça Desportiva e a Justiça Desportiva Antidopagem: organização, funcionamento e competências. O Código Brasileiro de Justiça Desportiva, seus princípios, penalidades e procedimentos processuais. Responsabilidade civil e criminal decorrentes das atividades desportivas. Direito do Trabalho Desportivo. O contrato coletivo de trabalho

6. METODOLOGIA

O programa será desenvolvido mediante aulas expositivas, elaboração de trabalhos escritos pelos alunos, apresentação de seminários por eles e palestras *on line* de membros de Tribunais da Justiça Desportiva.

7. AVALIAÇÕES

Os alunos serão avaliados por meio de provas escritas, elaboração de trabalhos escritos, apresentação de seminários e presença e participação nas palestras *on line* ministradas por membros de Tribunais da Justiça Desportiva, a serem convidados para esta finalidade.

8. CRONOGRAMA E AVALIAÇÕES

SEMANA	DATA	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E ATIVIDADES - Previsão
1	27/04/26	Apresentação do programa da disciplina. Definição dos critérios de avaliação e indicações bibliográficas. Leitura do artigo “Justiça Desportiva: organização, funcionamento e atribuições”.
2	04/05/26	Previsão Constitucional da Justiça desportiva; organização e estrutura da Justiça Desportiva; Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD); os Tribunais de Justiça Desportiva



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE DIREITO

Direito Desportivo

Professor Luiz Caetano de Salles

		(TJD); jurisdição e competência da justiça desportiva; funções na justiça desportiva: presidente e vice-presidente de TJD e STJD; auditores; procuradores da Justiça Desportiva; secretaria dos tribunais; o defensor; a justiça desportiva no âmbito internacional; punições disciplinares.
3	11/05/26	Exposição individual sobre assunto contido no artigo “Justiça Desportiva: organização, funcionamento e atribuições” (3 pontos)
4	18/05/26	Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD). Princípios do CBJD.
5	25/05/26	O processo desportivo. O <i>dominus litis</i> no processo desportivo. A denúncia, a defesa e o julgamento na Justiça Desportiva. Competência recursal. Estudos de casos reais julgados pela Justiça Desportiva. Trabalho sobre competência recursal. (2 pontos).
6	01/06/26	Apresentação em duplas de trabalhos sobre casos julgados pela Justiça Desportiva. (20 pontos).
7	08/06/26	Prova sobre a Justiça Desportiva (40 pontos).
8	15/06/26	Análise da Lei Geral do Esporte – LGE – (Lei nº 14.597/2023) e apresentação em dupla de trabalhos sobre a Lei Geral do Esporte (10 pontos).
9	22/06/26	Justiça Desportiva Antidopagem. Palestra <i>on line</i> de auditor do TJAD. (2 pontos pela presença no evento e 4 pontos pela formulação de pergunta ao palestrante).
10	29/06/26	Justiça Desportiva. Palestra <i>on line</i> de Procurador da Justiça Desportiva. (2 pontos pela presença no evento e 4 pontos pela formulação de pergunta ao palestrante).
11	06/07/26	Justiça Desportiva. Palestra <i>on line</i> de Auditor da Justiça Desportiva. (2 pontos pela presença no evento e 4 pontos pela formulação de pergunta ao palestrante).
12	13/07/26	Conceitos basilares do Direito do Trabalho. O Contrato de Trabalho do trabalhador comum e o Contrato Especial de Trabalho Esportivo.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE DIREITO
Direito Desportivo
Professor Luiz Caetano de Salles

13	20/07/26	Direito do Trabalho Desportivo. Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho.
14	27/07/26	Apresentação em dupla de seminário sobre Negociação Coletiva do Trabalho de categoria profissional de educador físico ou de atleta. (7 pontos).
15	03/08/26	Atividade de recuperação de estudante com frequência regular, mas com pendência de nota para aprovação na disciplina.

9. BIBLIOGRAFIA

BERTOLO, José Gilmar; SILVA, Renie Serafim Ribeiro. **Direito do Trabalho Desportivo: Teoria, Legislação e Prática**. Campinas: JH Mizuno, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direitos trabalhistas do atleta profissional de futebol**. 2. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2016.

NASCIMENTO, João Luiz Rezende; SALLES, Luiz Caetano de. **Pro competitione como princípio regente da Justiça Desportiva**. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pro-competitione-como-principio-regente-da-justica-desportiva/1713886049>.

ROSIGNOLI, Mariana; RODRIGUES, Sérgio Santos. **Manual de Direito Desportivo**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2021.

SALLES, Luiz Caetano de; BORGES, Isabela Cristina Ferreira. **Justiça Desportiva: organização, funcionamento e atribuições**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/justica-desportiva-organizacao-funcionamento-e-suas-atribuicoes/555280106?msockid=29a4925aa81162ee3b7087f1a9c763ae>.

SOUZA, Gustavo Lopes Pires de. **Direito Desportivo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

VARGAS, Ângelo. **Direito e legislação desportiva: uma abordagem no universo dos profissionais de educação física**. Ângelo Vargas (Coord.). Brasília: CONFED, 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE DIREITO

Direito Desportivo

Professor Luiz Caetano de Salles

VENOSA. Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**. 7. ed. Atlas: São Paulo, 2022. (<https://mb.ufu.br/9786559771073>).

10. APROVAÇÃO

Aprovado em reunião do Colegiado do Curso de Educação Física realizada em:

___/___/___